ARTIGOS

Revisionismo Histórico

Mozart Soriano Aderaldo

É hoje verdade histórica cediça que não foram os portugueses os primeiros europeus a pisar o solo brasileiro. Para citar a opinião de apenas um dentre os maiores historiadores de nosso País, vale lembrar que Varnhagen sempre entendeu que aos castelhanos caberia esta iniciativa, equivocando-se apenas na identificação do primeiro ponto geográfico do Nordeste brasileiro visitado por Vicente Pinzón, segundo exaustiva análise de Thomaz Pompeu Sobrinho em sua monumental monografia intitulada **Protohistória Cearense.** Isto teria ocorrido nos primeiros dias do ano de 1500, dois ou três meses antes de Pedro Álvares Cabral avistar o Monte Pascoal.

Ressalte-se, de logo, que o reconhecimento desse fato histórico em nada diminui o mérito de Portugal, legal e juridicamente nosso descobridor e excelente colonizador sob muitos aspectos.

Indagar-se-ia, a essa altura, por que os espanhóis não se apossaram, em nome dos Reis da Espanha, da nova terra avistada. E a insofismável resposta a esta indagação, aparentemente arrasadora, se acha no chamado Tratado de Tordesilhas, cidade espanhola onde, a 7 de junho de 1494, foi ele assinado pelos embaixadores do monarca português, Dom João II, e dos Reis Católicos, de Espanha. Esse Tratado ajustou a demarcação das terras já descobertas ou a descobrir por espanhóis e portugueses, visto como Portugal rejeitara a linha estabelecida pelo Papa Alexandre VI, na bula **Inter Coetera** e em documentos outros, expedidos em 1493 a pedido dos monarcas espanhóis logo após a primeira viagem de Colombo. Pelo Tratado, pertenciam à Espanha todas as terras descobertas a oeste de uma linha imaginária, traçada de pólo a pólo, com 370 léguas a oeste das ilhas

de Cabo Verde, cabendo a Portugal o que ficasse a leste dessa nova linha ali estabelecida. Deslocavam-se destarte, de 270 léguas a oeste as linhas papais, resguardando-se as pretensões portuguesas.

Ora, essa nova linha do Tratado de Tordesilhas como que seccionava, de norte a sul, o futuro Estado do Pará, pelo que tudo o que lhe ficasse a leste pertencia de direito a Portugal. Esta a razão por que Pinzón e outros navegadores espanhóis que pelo Nordeste brasileiro passaram antes do dia 22 de abril de 1500 não se apossaram, em nome dos Reis Católicos, das terras avistadas e até mesmo palmilhadas.

Comprovada, através de documentos e mapas de historicidade indiscutível, a prioridade dos espanhóis no que tange à descoberta de porção da América até então habitada somente por aborígenes, restava identificar, com base na referida documentação, os pontos primeiros do Brasil visitados por espanhóis. Neste aspecto é que os historiadores se desentendem. Varnhagen, como ficou antes assinalado, afirmava que o castelhanamente batizado Cabo de Santa Maria de La Consolación corresponde à atual ponta de Mucuripe, enquanto o Barão do Rio Branco concluía ser o cabo de Calcanhar. Para Pompeu Sobrinho o referido acidente geográfico é a atual Ponta Grossa ou Jabarana. E – o que igualmente muito agrada aos cearenses em geral e fortalezenses em particular – o Rostro Hermoso onde Pinzón ergueu uma cruz de madeira é o nosso já hoje muito descaracterizado Mucuripe. Aduz Pompeu Sobrinho sobre a sua teoria o seguinte: "Esse lugar corresponde muito exatamente ao nosso MUCURIPE. Com efeito, além da adequada posição do lugar em relação a toda a costa, a forma da linha litorânea nas vizinhanças ou o contorno da praia representa de modo assaz expressivo interessantes e característicos detalhes. Uma enseada (a do Mucuripe), aproximadamente no próprio local onde devia estar a cruz; e dali para oeste, o sinal da foz de um rio (porventura o rio Ceará), além do qual estão indicados o G. DE ARRECIFES ou golfo de arrecifes, correspondendo à enseada do Pecém ou Pericuara, ambas emparceladas e tendo a leste pontas coroadas de arrecifes em franjas. Para o lado oposto, leste, a conformação do litoral ainda é mais impressionantemente adequada. Adiante da ponta do Rostro Hermoso (Mucuripe), a linha da costa segue a princípio quase reta e logo depois se encurva para representar a enseada do IGUAPE, protegida por uma ponta regularmente saliente, em frente da qual o mapa registra os dizeres **punta del medano**, com notável propriedade. Realmente, na ponta do IGUAPE, se eleva o morro do mesmo nome, com 394 pés de altura (cerca de 100 metros), visível a mais de 20 milhas do mar. E esse morro nada mais é do que uma grande duna de areias, um **meda-**

no (que os espanhóis definem: **montón de arena casi à flor de água**). Tal como é o caso ali". (Thomaz Pompeu Sobrinho, **Prctohistória Cearense**, Editora Instituto do Ceará, Fortaleza, 1946, págs. 23 e 24).

O assunto é, realmente, controvertido nesta parte. Nova hipótese sobre a identificação do Cabo de Santa Maria de La Consolación acaba de ser aventada em obra fartamente documentada, da autoria do pesquisador Guarino Alves, intitulada **História dos Descobrimentos Marítimos no Brasil.** É trabalho de muitas e densas páginas que, uma vez publicado, enriquecerá a bibliografia especializada sobre a matéria, cujos originais tive o privilégio de ler. É obra séria, sujeita a contestações como tudo o que é publicado, nunca porém simplesmente ignorada por especialistas no assunto. Merece, por isso, que sobre ela me estenda um pouco mais.

* * *

As pesquisas sobre a viagem de Vicente Pinzón ao Nordeste brasileiro achavam-se no pé em que as deixou o sábio Thomaz Pompeu Sobrinho, em sua monumental monografia **Protohistória Cearense**, quando o assunto voltou a merecer nova análise por parte do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) em 1968 e 1969, como natural conseqüência do anunciado projeto do então Secretário de Cultura do Estado, o ilustre historiador Raimundo Girão, no sentido de ser colocado em Ponta Grossa um marco identificador do hispanicamente batizado Cabo de Santa Maria de La Consolación, tudo com base na obra de Pompeu Sobrinho.

Agitado o assunto pela imprensa, o Instituto do Ceará julgou de sua obrigação designar Comissão para examinar a matéria. Essa Comissão, composta de Geraldo Nobre (relator) e Parsifal Barroso, entregou seu estudo em reunião de 4 de fevereiro de 1969, presidida por José Aurélio Câmara, na ausência do presidente Carlos Studart Filho e do vice-presidente Mozart Soriano Aderaldo, concluindo ela pelo acerto da tese de Pompeu Sobrinho em suas linhas gerais.

Não foram tranqüilos os comentários a esse novo documento. Luís Sucupira considerou-o "duplamente negativo, sendo impertinente na primeira parte e improcedente na segunda". Fernandes Távora relembrou que "o que Pinzón fez foi, simplesmente, acidentalmente tocar na costa cearense. Passou como uma andorinha fugaz". E concluiu assim: "É claro que Cabral, tendo chegado a Porto Seguro, desembarcado, observado a terra, dado-lhe nome, foi o descobridor. Não há motivos para questões, como esta, que são muito dignas mas não trazem nenhum proveito".

Na sessão realizada a 20 de março do mesmo ano de 1969, já sob a direção do presidente efetivo, Carlos Studart Filho, voltou a falar a respeito do assunto Fernandes Távora, insistindo em que o descobridor do Brasil foi realmente Cabral. Luís Sucupira, depois de considerar improcedente o Parecer porque, limitando-se a aceitar como definitivos os resultados esposados por Pompeu, nada aduziu que justificasse suas conclusões, reafirmou também sua discordância quanto ao referido documento pelo fato de considerá-lo "impertinente porque fugiu ao objetivo do Instituto, que é uma conclusão definitiva a respeito da opinião de Thomaz Pompeu Sobrinho quanto ao desembarque de Pinzón em Ponta Grossa ou Jabarana, nas proximidades de Aracati. O Parecer estendeu-se na comprovação da precedência de Pinzón sobre Cabral, assunto já ultrapassado e que não necessitava mais de explanação, pois, até nos livros didáticos de história do Brasil, isso está demonstrado". Parsifal Barroso defendeu o Parecer, salientando, dentre outros aspectos, que "o Ceará era a Porta de Entrada do Brasil e, quando Pinzón veio ao nosso País, a terra cearense foi a sua destinação".

Raimundo Girão falou a respeito da matéria como responsável involuntário pelo ressurgimento do problema, com a sugestão que fizera de que devia ser eregido um monumento em Ponta Grossa, fixador do evento. Concluindo pela aprovação do Parecer da Comissão, "reportou-se à data da chegada de Pinzón, que Pompeu aceitava como tendo sido 2 de fevereiro em Ponta Grossa e 4 de fevereiro também de 1500 em Mucuripe, onde havia plantado uma cruz e se considerado quase como dono da terra". Adiantou que não considerava Pompeu infalível, mas achava que o que o Instituto devia ter em mente era a realidade da tese de seu presidente (aliás, ex-presidente, pois já falecido na época). Clodoaldo Pinto, em face dos debates, sugeriu a volta do Parecer à Comissão, para nova redação.

Foi quando Mozart Soriano Aderaldo indagou do presidente Carlos Studart Filho se o Parecer da Comissão comportava vistas, tendo Raimundo Girão salientado que "não se pediam vistas daquilo que já se conhecia". José Aurélio Câmara, contra o pedido de vistas, salientou que o Parecer fôra distribuído com os sócios. Clodoaldo Pinto interferiu para declarar que Mozart Soriano tinha razões no seu pedido de vistas, e que, se esta não lhe fosse concedida, ficava dispensado de votar. O presidente deu o assunto por encerrado, atendendo ao pedido de vistas.

Em reunião de 22 de abril, seguinte, José Aurélio Câmara insistiu no exame do assunto, considerando "engavetamento" o fato de ainda

não ter o Instituto resolvido a pendência. E adiantou que Mozart Soriano Aderaldo havia pedido vistas, contra seu ponto de vista, e que referido consócio não havia comparecido à sessão, pelo que não se podia tomar decisão final. O presidente Carlos Studart Filho pronunciou-se, considerando o caso uma "explosão de revisionismo histórico" e afirmando que "uma questão só pode ser retomada quando se descobrem casos novos, documentos inéditos". Parece-lhe que "há coisas novas a debater" e, por isso, "não podemos perder tempo com assunto obsoleto, com tema morto, que está levando o Instituto ao ridículo". Concluiu dizendo que, "se comparecer à sessão para a discussão e votação do Parecer, não a presidiria, pela posição que tomou, desde os primeiros momentos, com relação ao problema, passando a direção dos trabalhos ao seu substituto".

Na seguinte sessão, de 5 de maio, Mozart Soriano Aderaldo, no exercício da presidência, esclareceu que "pediu vistas do Parecer (...) porque queria votar com maior conhecimento de causa e não com objetivos meramente protelatórios". Pedira vistas para estudar o Parecer à luz de argumentos novos, como o de Luís Sucupira, por exemplo, não se julgando capaz de votar naquela ocasião. Mas já se considerava em condições de votar e, diante disto, não havia porque deixar de fazê-lo publicamente. "Declarava por isso que, apesar dos subsídios preciosos de Pompeu Sobrinho na **Protohistória do Ceará**, que ele aceitou e aceita ainda como válidos, conforme acentuou naquela oportunidade e na nota que escreveu para o livro de Araripe (Tristão de Alencar Araripe, **História da Província do Ceará**, 2ª edição, Fortaleza, Tipografia Minerva, 1955), e não obstante os elementos novos, de não menor valor, trazidos pela Comissão, que discordava em parte de Pompeu Sobrinho, bem como da crítica judiciosa de Luís Sucupira, continuava a defender seu ponto de vista anterior. Todavia, como se tratava de matéria polêmica suscetível de novas luzes, novas análises, novos esclarecimentos, que algum companheiro pudesse trazer a respeito, frisou o presidente da sessão que votava no sentido de que o Instituto, antes de qualquer manifestação decisiva em torno do caso, publicasse, em sua Revista, o bem elaborado Parecer da Comissão encarregada, a crítica sensata de Luís Sucupira e outros elementos novos que possam ainda aparecer sobre o assunto a fim de que, depois disso, venha o Instituto a manifestar-se, oficialmente, sobre o tema". E concluiu o presidente da sessão: "Antecipei-me a proferir meu voto para que não se diga que minha intenção era procrastinar a solução do problema, que meu desejo era retardar o pronunciamento do Instituto".

A prudente posição adotada pelo presidente Carlos Studart Filho e pelo vice-presidente Mozart Soriano Aderaldo era, indubitavelmente, a correta, como os fatos vieram a comprovar. Tanto assim que, dois anos após, o consócio Guarino Alves, através de entrevista à imprensa, concluiu diferentemente de Pompeu Sobrinho e da Comissão do Instituto, considerando Itapajé, também no Ceará, o ponto primeiro em que Vicente Pinzón tocou em terras brasileiras, opinião que defendeu, depois, em seu livro **Vera Cruz** (Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1974). Esse seu ponto de vista foi por elè mesmo revisto, após exaustiva análise de rica documentação, opinião esta desenvolvida em livro, ainda inédito, intitulado **História dos Descobrimentos Marítimos do Brasil,** cujos originais tive a oportunidade de compulsar, no qual o autor conclui que o ponto primeiro tocado por Pinzón em costas brasileiras foi o promontório de Jericoacoara.

* * *

Não seria mansa e pacífica a opinião de Pompeu Sobrinho na **Protohistórica Cearense,** na qual o saudoso sábio conclui que o primeiro ponto do Brasil tocado por Vicente Pinzón teria sido Ponta Grossa ou Jabarana, nas proximidades de Aracati, no Ceará, e que o Rostro Hermoso, assim hispanicamente batizado, seria o Mucuripe, hoje subúrbio da capital cearense.

Logo após a iniciativa de alguns associados do Instituto do Ceará no sentido de que a prestigiosa entidade cultural adotasse como sua a tese do falecido presidente Pompeu Sobrinho, outro sócio da mesma entidade cultural, Guarino Alves, em entrevista concedida ao diário "TRIBUNA DO CEARÁ", edição de 8 de janeiro de 1971, enfaticamente afirmava que Pinzón descobrira o Brasil em Itapajé, no litoral norte de nosso Estado. Esse ponto de vista foi, posteriormente, reafirmado pelo mencionado sócio do Instituto do Ceará no seu livro **Vera Cruz,** publicação da Editora Henriqueta Galeno, ano de 1974. Fê-lo, segundo ficou declarado, com base em cópia do mapa de Juan de la Cosa existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, eivado de equívocos.

Viajando à Espanha e consultando, no Museu Naval de Madrid, o próprio original do mapa cuja cópia equívoca compulsara no Brasil, Guarino Alves veio a reformular sua opinião, não para concordar com a de Pompeu Sobrinho, mas para identificar o promontório de Jericoacoara (ou Jurucoacoara, segundo prefere grafar) como sendo aquele ponto da costa brasileira primeiramente tocado por Vicente Pinzón. Sua opinião resulta de exaustiva análise de rica documentação, como já ficou registrado nestes comentários a um outro livro seu, ainda iné-

dito, intitulado **História dos Descobrimentos Marítimos do Brasil.**

Guarino Alves explica como chegou a esta nova conclusão, dizendo que, tendo visitado, em junho de 1975, o Museu Naval de Madrid, foi-lhe oferecido o ensejo de analisar o próprio original do famoso documento que é a carta geográfica de Juan de la Cosa. E fê-lo munido de uma lupa, o que lhe possibilitou a captação de minúcias topográficas por ele até então despercebidas.

O planisfério, iluminado, tem escala de 1:15.550.000 e sua dimensão é de 1,83x0,93cm. E embora haja quem dele diga que não se trata do original de Juan de la Cosa, mas de cópia que dele tiraram, Guarino Alves assim não pensa em face de elementos que o levaram a este seu ponto de vista, admitindo apenas que o próprio Juan de la Cosa haja feito adicionamentos em seu trabalho topográfico.

Com relação ao Cabo de Santa Maria de la Consolación – que muitos pensaram ser o atual Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, uma vez que o próprio Pinzón, posteriormente, assim o entendeu; alguns, como o Barão do Rio Branco, julgaram ser a Ponta do Calcanhar, no Rio Grande do Norte; outros (dentre os quais Pompeu Sobrinho) afirmaram ser a Ponta Grossa ou Jabarana, no município cearense de Aracati; Varnhagen e Capistrano de Abreu entenderam ter sido a Ponta do Mucuripe; e Guarino Alves tenha concluído que era a Ponta de Itapajé – agora parece a este último que se trata do promontório de Jericoacoara, no litoral norte cearense. A revisão de seu ponto de vista – confessa-o Guarino Alves – se deve ao fato de que antes consultara a referida cópia do mapa de Juan de la Cosa existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, eivada de equívocos não constantes do original compulsado em Madri.

Referentemente ao Rostro Hermoso – que Guarino Alves prefere identificar como P. Formoso ou Porto Formoso –, jamais poderia ser o nosso Mucuripe no entender do citado pesquisador, uma vez adotado o seu ponto de vista de que o Cabo de Santa Maria de la Consolación é o promontório de Jericoacoara, visto como entre um e outro dos dois acidentes geográficos Pinzón navegara pouco. Destarte, Guarino Alves aceita o Rostro Hermoso como sendo o antigo porto de Pernambuquinho, depois chamado Icaraí (que não é a atual praia do município de Caucaia), situado aquele a leste da barra do rio Aracatiaçu, entre esta e a do rio Mundaú.

À esta altura dos comentários provocados pelo livro inédito de Guarino Alves, não há como negar a necessidade de ser editada, obviamente por órgão governamental, a trabalhosa pesquisa por ele realizada. Assim o exige a verdade histórica, sempre perseguida e dese-

jada por quantos compõem o quadro de sócios do venerando Instituto do Ceará, bem como a própria nacionalidade brasileira, a lusitanidade (jamais atingida por esse tipo de estudos) e, mais dilatadamente, o espírito da Península Ibérica, pois veio da parte mais ocidental da Europa a colonização e a civilização de toda a América Latina de que muito nos orgulhamos, dilatando a Fé e o Império, na expressão do Poeta Máximo do gênio português.

É de supor-se que a opinião de Guarino Alves venha a ser contestada por alguns, de que é exemplo o capitão-de-mar-e-guerra Max Justo Guedes, em carta àquele endereçada e constante da obra a que nos referimos. E é bom que assim aconteça, pois a história não se faz com capricho, mas com persistência na busca da verdade, o que levou Guarino Alves, em relativamente curto espaço de tempo, a rever sua própria posição em favor da Ponta de Itapajé, fixando-se de último no promontório de Jericoacoara como tendo sido o primeiro ponto do litoral tocado e batizado por europeus.